



O DIREITO DAS
MULHERES
À CIDADE

DECLARAÇÃO DO RIO

CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA A NOVA AGENDA URBANA

Sobre o Bem Viver nas Cidades

Nós representantes de organizações de mulheres e ativistas feministas de vários países latino americanos, reunidas no Rio de Janeiro, em maio de 2016, no Seminário “**Prá Lá e Prá Cá – O direito das Mulheres às Cidades**”, ratificamos que não haverá cidade justa, sustentável, solidária e segura enquanto os direitos das mulheres na sua integralidade, pluralidade, complexidade e dimensões de classe, raça, etnia, geracional, orientação sexual e condição física não forem totalmente incluídos e respeitados.

Sabemos que viver em grandes centros urbanos tem suas dores e delícias. Uma grande cidade acena com inúmeras possibilidades. Promessas de mudanças, educação, saúde, renovação, vida melhor. Entretanto, a outra face da moeda não demora em aparecer na forma da violência, tráfico de pessoas, armas e drogas, transporte inadequado e moradias precárias, além da falta de saneamento e água potável. Grandes periferias transbordam os limites das cidades, crescendo para além de suas fronteiras, dando origem à cidades segregadas. Em geral, nesses territórios vivem populações historicamente excluídas, entre elas, muitas mulheres negras e indígenas.

Salientamos que o documento a ser pactuado pelos governos, em torno da agenda **Habitat III** deve considerar e incluir a cidadania em toda sua diversidade. É inaceitável a invisibilidade das mulheres negras e indígenas no documento “Rascunho Zero” até agora apresentado. Nós, feministas da América Latina, consideramos fundamental que o olhar sobre o planejamento e construção das cidades incorpore, além da **diversidade de gênero, as diversidades que representam todas as cidadanias que habitam o espaço urbano**.

No espectro da diversidade das mulheres vemos hoje, mais do que nunca, em função das crises, guerras e problemas climáticos, considerar fortemente a questão das migrantes e refugiadas, cuja perda de seus lugares de origem as torna extremamente vulneráveis e expostas a discriminações por diferentes razões.

A **Nova Agenda Urbana** precisa considerar o impacto dos grandes empreendimentos e atuação das grandes corporações nacionais e globais na deterioração

da qualidade de vida das mulheres e de suas comunidades, provocando remoções e migrações forçadas, menor acesso aos recursos naturais, como a água, ampliação dos custos com moradia, discriminação no acesso aos postos de trabalho, formal e informal, aumento dos índices de violência familiar e nas comunidades, entre outros fatores correlacionados. É preciso que a Nova Agenda Urbana enfatize a necessidade de responsabilização das empresas e corporações cujos resultados provoquem vulnerabilidade social para as comunidades e seu entorno, empregabilidade precária e/ou sazonal de mão-de-obra, impacto negativo às trabalhadoras do setor informal e outras violações de direitos humanos das mulheres.

Não podemos mais aceitar ou conviver com ausência de direitos ou direitos parciais. Todos os dias, nossos passos movem o solo latino americano e a economia da região tratando de fazer deslanchar o desenvolvimento de nossos países e cidades. Em pleno século XXI, é mais do que hora de incluir, com ênfase e completude, nossos direitos – muitas vezes até lavrados em cartórios, mas quase sempre ignorados de fato e na prática da vida cotidiana-, na pauta do **Habitat III – Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável**, de 2016, em Quito.

A entrada no mundo dos direitos costuma se dar pela porta da casa. O direito à **moradia adequada** é de suma importância, mas é fundamental que essa habitação tenha acesso à **água potável e saneamento**, direitos básicos e em grande parte de nossas cidades não respeitados. Afirmamos que os custos da falta desses serviços acabam recaindo, como sempre, sobre as mulheres, aumentando sua carga na jornada diária de trabalho e reduzindo suas vias de oportunidades, com enormes custos sobre a qualidade de vida e saúde. A insegurança sobre a posse do lugar também prejudica a autoestima das mulheres e dificulta a melhoria de vida delas e de suas famílias. Mulheres e populações empobrecidas têm sido abandonadas em ladeiras, encostas e territórios longínquos, precisando desenvolver estratégias de adaptação e resiliência com criatividade e afinco, pois os governos não têm conseguido responder a essas demandas.

Perto dessa moradia digna tem que haver **creches, escolas** e atendimento à **saúde** para que elas, filhas/os e familiares, geralmente sob os cuidados das mulheres, tenham acesso a serviços públicos de qualidade, como **educação, cultura e lazer**, pois afirmamos que nessa desigual divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, são elas que se deslocam pelas cidades num prá lá e prá cá de diversos percursos entre casa, trabalho, escola, busca por lazer e cuidados de terceiros. Afirmamos que é necessário um planejamento urbano local que incorpore serviços de cuidado a partir de uma perspectiva de gênero, proporcionando a liberação do tempo das mulheres e criando oportunidades para uma maior autonomia econômica.

Ônibus lotado, trem lotado, metrô lotado. Mãos nada bobas, encoxadas e assédio também lotam o transporte público na América Latina. A **Nova Agenda Urbana** deve garantir **transporte acessível e seguro** como peça incondicional para a **mobilidade** das mulheres, pois as cidades sofrem de centralização do acesso a bens comuns, comercializados e privatizados. Os deslocamentos nas cidades são mais complexos e inseguros para as mulheres do que para os homens, com trajetos marcados por assédios machistas sofridos nas vias e no transporte público, tornando necessário construir cidades que sejam multi-centrais, com moradias seguras, mobilidade e acessibilidade.

E **Segurança** é fundamental! Embora, a violência siga acontecendo majoritariamente no espaço domésti-

co, a que experimentamos no espaço público gera temores e restringe liberdades. Em geral as ruas, especialmente as das periferias, são escuras, sem calçadas, com lixo acumulado e inseguras. Ao medo de assaltos e assédios que acompanha as mulheres no seu cotidiano, somam-se as ações do tráfico, a violência policial, a intolerância religiosa e a violência doméstica, limitando sua cidadania.

Reafirmamos que o bem viver nas cidades e seu entorno não se resume apenas a um teto e alguns serviços, mas **igualdade de acesso** e de **participação nas decisões** sobre as políticas públicas. Não há democracia sem igualdade! E, para haver igualdade é condição indispensável o considerar as diferentes necessidades de seus habitantes. Nossas cidades não podem mais ser planejadas e construídas considerando apenas os interesses econômicos, masculinidade hegemônica, branca, patriarcal, machista e racista.

Reconhecendo que quaisquer formas de exclusão e discriminação são fatores de negação da sustentabilidade humana, na medida em que regulam de forma desigual direitos e oportunidades entre homens e mulheres, entre diferentes classes sociais, raças e etnias, condição física, orientação sexual e identidade de gênero, é que, nós feministas e ativistas da América Latina, reunidas no Seminário Internacional **“Prá Lá e Prá Cá – O Direito das Mulheres às Cidades”**, nos somamos às contribuições de outras mulheres e organizações na construção de uma **Nova Agenda Urbana** inclusiva.

ORGANIZAÇÃO E PROJETOS SIGNATÁRIOS

ActionAid
Agora é Que São Elas
Articulacion Feminista
Marcosul – AFM
CISCSCA – Centro de Intercambio
Y Servicios Cone Sur
Comissão de Defesa dos
Direitos Humanos e Cidadania
– CDDHC-ALERJ
Espaço Feminista – PE
Fase Rio
Feminicidade Rio de Janeiro
Huairou Commission
Ibase- Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas
Ilê Omolu Oxum

Instituto Promundo
Instituto Magna Mater
Instituto Omolara Brasil
ISER – Instituto de
Estudos da Religião
Laboratório Habitat, Participación
Y Género – Facultad de
Arquitectura de la UNAM
Meu Rio – Circuito
Mulheres Mobilizadas
Mirim Brasil
ONU-Habitat Brasil
ONU Mulher Brasil
REDEH – Rede de
Desenvolvimento Humano

Confederação Nacional
de Municípios – CNM
Projeto Municípios Seguros
e Livres de Violência contra
Mulheres CNM – UE Brasil
Red Mujer e Habitat de
América Latina e Caribe
Secretaria de Política para
as Mulheres da Bahia
Secretaria de Política para as
Mulheres de Santo André- SP
SOS Corpo – Instituto Feminista
para a Democracia
Think Olga – Campanha
Chega de Fiu Fiu
União Brasileira de Mulheres
União por Moradia Popular

Parceria:

Realização:

